

Porque devem as mulheres rejeitar o Pacto de Agressão

Comunicação da MARP

Boa tarde.

Companheiras e Companheiros.

Sr. Secretário-Geral.

Em nome da MARP, Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas, agradeço o Convite que nos foi endereçado pelo PCP para participarmos neste Debate.

Podemos dizer que no curto texto do Convite para este Debate, estão sintetizadas as razões gerais que as Mulheres – e os Homens – têm para rejeitar o “Pacto de Agressão” como designa o PCP, e as suas consequências no Orçamento de Estado para 2012.

Sim, o “Pacto de Agressão” também é um programa de desastre nacional e a alta velocidade, digamos assim.

Basta ver como estávamos ontem, como estamos hoje e como, previsivelmente, estaremos num futuro próximo, se aceitarmos a implementação de um sistema comandado e imposto pela tróika externa perante a submissão da tróika interna, que mais não tem feito do que retirar direitos e aumentar os impostos sobre os rendimentos dos trabalhadores, para além dos impostos “cegos” como o IVA.

Outra das más consequências é já o recente acordo dito da Concertação Social entre Governo – Patronato e afins.

Para lá do intenso palavreado destacam-se as medidas e orientações que espoliam os Trabalhadores e as Populações de direitos específicos e de remunerações concretas, e que praticamente instituem o trabalho forçado.

Sim, podemos dizer que nos privam de significativas partes de salários, pensões, reformas e dinheiros públicos que são entregues a quem tira dividendos da especulação

financeira: os anónimos mercados cuja identidade só é do conhecimento de serviços e sociedades secretas...

Ao contrário do que nos dizem, os sacrifícios não são para todos!

Entre os seis países da União Europeia mais afectados pela crise, Portugal é o único onde as medidas de austeridade exigiram um esforço financeiro aos pobres superior ao que foi pedido aos ricos, revela um estudo recente publicado pela Comissão Europeia. Isto num país que é já o mais desigual da União Europeia...

É neste difícil contexto, que as Mulheres sofrem de forma diferenciada e acrescida por razões de classe social, de trabalho (ou da falta deste) e de género. E assim acontece não só no meio rural mas também nos centros urbanos.

O corte brutal de salários, pensões e reformas; o corte brutal do investimento público e dos apoios sociais; cortes acompanhados pelo aumento brutal dos impostos, são a tradução material do “Pacto de Agressão”, do Orçamento de Estado e do recente acordo dito de Concertação Social.

Sim, são as Mulheres Portuguesas que mais sentem e mais sofrem com toda a situação do nosso País.

As Agricultoras sofrem com a discriminação no trabalho, seja na produção agro-alimentar seja no trabalho doméstico.

Do total da população agrícola familiar em Portugal, as mulheres representam cerca de 50%. Mas por norma, não são as titulares da exploração agrícola - o titular é o marido ou o filho – no entanto são as Agricultoras que, quase sempre, ficam excluídas do sistema normal de Segurança Social. E, isto, apesar de também serem as Mulheres que, no global, mais tempo de trabalho ocupam na produção de bens alimentares em Portugal, sendo o seu trabalho na maioria dos casos, não remunerado.

Em Portugal as Mulheres representam a maioria da população, a maior parte das pessoas iletradas, a maioria dos desempregados e a maior parte das pessoas com um rendimento anual líquido inferior à média nacional.

As desigualdades que atingem as mulheres das zonas rurais são ainda mais marcadas do que noutros lugares: o isolamento, a falta de qualificação escolar e profissional, a acumulação das dificuldades económicas e sociais contribuem vergonhosamente para a sua marginalização.

Segundo as últimas estatísticas, as dirigentes femininas da exploração agrícola representam cerca de 29%, tendo-se verificado um aumento de apenas 8% em 20 anos (de 1989 a 2009).

Os números falam por si....

Não existem políticas agrícolas que incentivem a igualdade de género, que incentivem a fixação da mulher no sector agrícola e no meio rural. Contribuindo sistematicamente para o êxodo rural.

Será que o êxodo rural não é um problema cuja gravidade, merece a atenção recebida pelo novo modelo de arrendamento e de requalificação urbana?

Pensamos ser essencial a criação de medidas que valorizem e reconheçam o papel preponderante da mulher no que se refere à alimentação e o seu contributo para a garantia da soberania alimentar. E atribuição à agricultura familiar, da importância devida do ponto de vista económico, social e ambiental.

Não podemos deixar de mencionar o envelhecimento da população do sector. E uma vez mais se identifica aqui um paralelismo com a falta de apoios e incentivos que criem condições para fixar as jovens ao meio rural e lhes permita viver dignamente com os frutos do seu trabalho.

Com o aumento dos custos de produção, as descidas nos preços de venda da produção, determinados pelas grandes cadeias de distribuição, e o aumento dos impostos prevêem-se anos de grande dificuldade para o Mundo Rural e para as Agricultoras que sofrem com as políticas nacionais e comunitárias e com a retracção de apoios e investimento no sector.

Se a esta dura realidade, juntarmos o aumento do desemprego, o encerramento de serviços públicos em meio rural, isolando cada vez mais estas populações, a queda dos

rendimentos na produção, as Mulheres Agricultoras e Rurais sofrem na primeira linha.

É este sistema dominante que nos furta, todos os dias, a essência da vida humana!

Até quando?

A resposta a esta pergunta depende muito de nós.

É pois necessário lutarmos contra as injustiças e a usurpação de que somos vítimas.

Depressa e com toda a firmeza!

As Mulheres Portuguesas e, nestas, as Mulheres Agricultoras e Rurais, vão continuar na linha da frente dessa luta.

Temos todos os motivos para reagir, com firmeza e determinação para isso! Embora também haja quem disso ainda não tenha consciência.

Temos de nos organizar melhor, passar a palavra, despertar consciências...

Mas, como é sabido, a consciência também se ganha e se aperfeiçoa na luta!

Vamos à Luta Companheiras e Companheiros!

Muito Obrigado pela Vossa Atenção!

Lisboa, 21 de Janeiro de 2012

Vanda da Silva
(Direcção da MARP)